

DIVERSIDADE ARQUIVÍSTICA E POLÍTICAS DE ARQUIVOS¹

Resumo

A formulação e implementação de políticas públicas arquivísticas no Brasil supõe a produção de conhecimento sobre a diversidade arquivística brasileira. A formação de arquivistas, os concursos públicos e a produção de conhecimento em anos recentes expressam alguns dos aspectos que ilustram a diversidade arquivística brasileira. São sugeridos tópicos que podem nortear uma agenda de investigação sobre a diversidade arquivística brasileira.

Palavras-chave: Políticas arquivísticas. Diversidade arquivística. Pesquisa arquivística.

José Maria Jardim
Dr. em Ciência da Informação,
Professor do Departamento de
Ciência da Informação da
Universidade Federal
Fluminense.
josemariajardim@yahoo.com.br

ARCHIVAL DIVERSITY AND ARCHIVAL POLICIES

Abstract

Formulation and implementation of archival public policies in Brazil requires knowledge production on the Brazilian archival diversity. Archival education, public contests and the production of knowledge in recent years illustrate some aspects of the Brazilian archival diversity. Some topics of a research agenda on the Brazilian archival diversity must be considered.

Key-words: Archival policies. Archival diversity. Archival research.

¹ Artigo baseado no trabalho apresentado no XV Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em Goiânia, de 30 de junho a 4 de julho de 2008.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos vêm sendo ampliados no Brasil os debates sobre a formulação, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas arquivísticas. Esse tema ocupa hoje, felizmente, um lugar de destaque na discussão arquivística em nosso País. Está presente nos congressos, nas salas de aula, na produção de literatura arquivística, nos concursos públicos para arquivistas etc. O debate tem se dado mais em função da ausência do que da presença dessas políticas, razão pela qual mostra-se bastante oportuno.

As reflexões a respeito, provocadas em especial por recentes pesquisas sobre o tema, revelam cada vez mais a complexidade de elementos envolvidos no desenho e implementação das políticas públicas no campo dos arquivos. Demonstram também que a construção de políticas públicas vai muito além da retórica legal e do discurso governamental auto-referente que ao longo dos anos tem sido uma frequente característica no cenário arquivístico brasileiro.

2 POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS

São várias as interpretações sobre políticas arquivísticas. Essa noção, porém, carece ainda de maior verticalização conceitual entre os diversos atores envolvidos nos vários momentos da formulação, implementação e análise de políticas públicas arquivísticas. Entende-se por política pública arquivística, nestas observações,

o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, ao uso e à preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (JARDIM, 2006).

Um aspecto singular parece ser fundamental quando analisamos ou gerenciamos políticas públicas arquivísticas. Trata-se da diversidade da nossa realidade arquivística, expressão da diversidade que marca um país como o Brasil. Essa diversidade está presente no decorrer da nossa história e no quadro da contemporaneidade brasileira.

Sob tal perspectiva, um pressuposto a ser mais bem contemplado nos debates sobre o tema é que as ações na formulação, implementação e avaliação de políticas arquivísticas não

podem prescindir de um profundo conhecimento dessa diversidade: tanto da diversidade brasileira quanto, aí inserida, a diversidade arquivística brasileira.

3 DIVERSIDADE E DESIGUALDADE ARQUIVÍSTICAS BRASILEIRAS

A diversidade brasileira é, sem dúvida, um eixo interpretativo dos mais ricos para tentarmos entender o Brasil, seu percurso histórico, seus desafios atuais e eventuais cenários futuros. Não por acaso, a ideia de diversidade está presente em grande parte das chamadas “interpretações do Brasil” a partir do século XIX. De imediato, é um caminho de interpretação sedutor, porém complexo e sofisticado como perspectiva de análise. Até porque, abordado de forma menos profunda, podemos gerar leituras repletas de clichês sobre essa diversidade. A tal ponto que afirmarmos que o Brasil é o país das diversidades pode ser, sem os devidos cuidados, um grande clichê.

Não se pretende aprofundar aqui a respeito de como a diversidade se faz presente em várias manifestações do pensamento social brasileiro, especialmente após 1822, nos projetos modernistas, nas perspectivas ideológicas democráticas e também nas autoritárias. Alguns traços, porém, parecem recorrentes no reconhecimento da nossa diversidade, tomada, a princípio, na maioria das “interpretações do Brasil”, como um atributo positivo:

- nossa diversidade geográfica;
- nossa diversidade populacional;
- nossa diversidade cultural;
- nossa diversidade social;
- nossa diversidade econômica.

Após os anos 1980, com a retomada da democracia, o discurso da diversidade tende a cruzar-se com outro eixo que, de um lado, é também uma das possibilidades de interpretação do Brasil, e por outro, constitui-se em norteamo político para vários projetos. Trata-se da igualdade. Igualdade como projeto político em seu confronto direto com a desigualdade, suas causas e consequências na vida social brasileira.

Torna-se, a partir de então, mais frequente a percepção, no campo acadêmico e nos movimentos sociais, que a diversidade brasileira é incompreensível sem que se leve em conta a desigualdade que a caracteriza.

Portanto, é em torno dessas duas categorias (diversidade e desigualdade) que propomos a seguir algumas hipóteses e questões sobre a “geografia arquivística” brasileira. Esse é, afinal, o universo a partir do qual e para o qual, espera-se, as políticas públicas arquivísticas sejam formuladas, executadas e avaliadas em níveis nacional, estadual e municipal.

Embora muitos de nós convivamos, em várias dimensões da nossa atuação profissional, com distintas situações que apontam para a diversidade e desigualdade arquivísticas no País, sabemos ainda pouco dessa realidade.

Avançamos muito, nos últimos 20 anos, na produção de diagnósticos e censos arquivísticos de escalas variadas. No entanto, dispomos de uma escassa literatura e poucas pesquisas que assegurem um conhecimento mais profundo para apoiar determinadas iniciativas de políticas públicas em arquivos.

Trata-se, portanto, de reconhecermos que esbarramos atualmente na necessidade de ampliarmos nossos conhecimentos sobre a diversidade e a desigualdade arquivística brasileira para, entre outras possibilidades, nutrirmos qualitativamente os processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Vale observar que a ausência desse conhecimento não significa necessariamente um convite à inércia dos agentes públicos responsáveis por políticas arquivísticas. Nem tampouco é um obstáculo à construção dessas políticas. É muito provável que o início de um processo de formulação de uma política pública arquivística contribua para um maior conhecimento da diversa realidade arquivística brasileira. Supondo, é claro, que tenhamos uma compreensão de que essas políticas, num contexto democrático, suscitam indagações e busca de respostas dos mais diversos atores do Estado e da sociedade e não apenas das instituições arquivísticas.

Se os agentes incumbidos da formulação de políticas públicas levarão em conta a necessidade de maior conhecimento dessa diversidade arquivística, é imprevisível. No entanto, a pesquisa científica pode inserir novos elementos na esfera pública e influenciar a qualidade do debate e, muito provavelmente, as ações e atores políticos envolvidos numa dada política.

Reconhecemos, mediante experiências diversas, que nossa realidade arquivística é provavelmente tão diversa e desigual quanto o Brasil. Porém, não conhecemos suficientemente, mediante a pesquisa e a difusão científica, como e quanto se produz, se reproduz, se modifica essa realidade diversa e desigual.

Portanto, esse quadro sugere que as instituições arquivísticas, responsáveis pelas políticas arquivísticas, tenham como um objetivo prioritário a aquisição de mais conhecimento sobre o universo que é (ou deveria ser) objeto dessas políticas.

Assumir tal objetivo é, em si, uma decisão política com evidentes consequências técnico-científicas na gestão das instituições arquivísticas. Isso significa não apenas assumir as tarefas clássicas de gerenciar o acesso, preservação e documentos sob guarda da instituição e atuar de formas variadas nos arquivos correntes e intermediários da esfera de governo na qual se encontra o arquivo. Coloca-se também a necessidade de coletar e interpretar – com dinamismo, periodicidade e transparência – informações sobre o meio-ambiente da instituição, seja a administração pública ou a sociedade em geral. Isso requer desde estudos de usos e usuários da informação arquivísticas em diversos contextos até, por exemplo, o recenseamento dos arquivos privados de um estado ou município.

3.1 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO

A produção de conhecimento arquivístico não está mais, especialmente a partir dos anos 1990, restrita às instituições arquivísticas. É também um dever das universidades. Possivelmente essa atribuição das universidades será mais eficazmente cumprida se resultar de diálogos permanentes com os arquivos públicos. Tais diálogos são ainda raros e pouco densos no caso brasileiro. A interlocução entre a universidade e os arquivos poderia e deveria ser incentivada por ambos universos, quase sempre em estado de desconhecimento mútuo.

Ainda que as universidades venham se ampliando como espaço de produção de conhecimento arquivístico, há uma aparente distância entre a quantidade de cursos de Arquivologia que temos hoje e a qualidade e quantidade de conhecimento arquivístico produzido nesse cenário.

Formamos atualmente uma quantidade significativa de arquivistas, porém aparentemente ainda produzimos pouco conhecimento arquivístico nas universidades –

mesmo reconhecendo um crescimento nesse sentido, sobretudo a partir do início dos anos 1990.

Por outro lado, a produção de conhecimento arquivístico que emerge das instituições arquivísticas – historicamente um locus privilegiado de produção de saber arquivístico – não se faz acompanhar de suficiente difusão desse saber. Os arquivos públicos brasileiros ainda difundem muito pouco o saber que, supõe-se, emerge das práticas arquivísticas que desenvolvem.

Com base em algumas pesquisas (concluídas e em curso), serão abordadas a seguir três situações que ilustram alguns dos aspectos da nossa diversa e desigual realidade arquivística.

3.2 CURSOS DE ARQUIVOLOGIA

A institucionalização do campo arquivístico brasileiro nas últimas décadas apresenta uma forte relação com a formação de arquivistas pela universidade. Entre 1977 e 2008, foram criados 14 cursos de Arquivologia no Brasil, cuja distribuição geográfica é a seguinte:

Quadro 1 – Distribuição geográfica da cursos de Arquivologia no Brasil

Curso	Região	Estado	Criação
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Sudeste	Rio de Janeiro	1977
Universidade Federal Fluminense - UFF	Sudeste	Rio de Janeiro	1978
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Sudeste	Espírito Santo	1999
Universidade Estadual Paulista - UNESP	Sudeste	São Paulo	2003
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Sudeste	Minas Gerais	2008
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Sul	Rio Grande do Sul	1977
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Sul	Rio Grande do Sul	1999
Universidade Federal do Rio Grande - FURG	Sul	Rio Grande do Sul	2008
Universidade Estadual de Londrina - UEL	Sul	Paraná	1998
Universidade de Brasília - UNB	Centro-Oeste	Distrito Federal	1991
Universidade Federal da Bahia - UFBA	Nordeste	Bahia	1998
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB	Nordeste	Paraíba	2006
Universidade Federal da Paraíba - UEPB	Nordeste	Paraíba	2008
Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Norte	Amazonas	2008

Constata-se um crescimento contínuo na criação de cursos universitários de Arquivologia, com maior ênfase nos últimos dez anos. Dos 14 cursos citados, 10 (71%) foram criados a partir de 1998. Essa tendência à oferta de cursos superiores de Arquivologia parece expressar uma demanda cada vez mais acentuada por parte da sociedade e do Estado em relação à atuação de arquivistas nos setores públicos e privados. Esse crescimento, no entanto, ocorre num cenário ainda muito desigual no que toca à oferta regional dos cursos de Arquivologia. Assim, 36% dos cursos estão na região Sudeste, 28% no Sul, 22% no Nordeste, 7% no Centro-Oeste e 7% no Norte. A concentração de cursos de Arquivologia nas regiões Sul e Sudeste (64%) sinaliza uma desigualdade ainda maior nas possibilidades de formação de arquivistas no País. Essa desigualdade revela-se também numa oferta concentrada em nove estados e no distrito federal, o equivalente a apenas 37% das unidades da federação.

3.3 LITERATURAS ARQUIVÍSTICA: 1990-2006

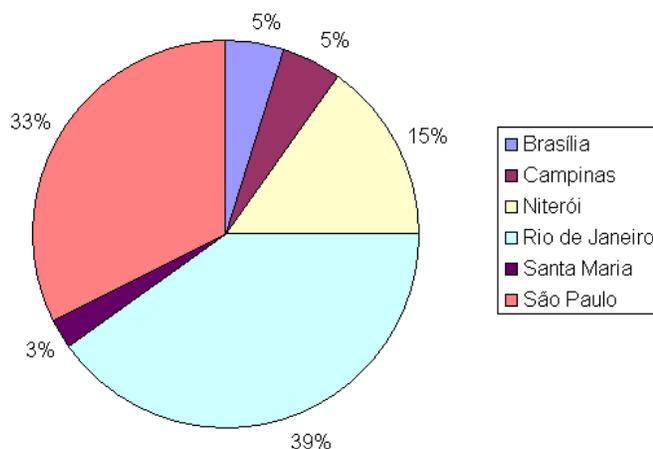
Outro aspecto que sinaliza a profunda desigualdade no cenário arquivístico brasileiro diz respeito à produção e difusão de literatura arquivística. Costa publicou em 2007 uma análise sobre a literatura arquivística publicada no Brasil entre 1960 e 2006, incluindo títulos de autores brasileiros e estrangeiros.² A partir desse levantamento, selecionamos, para esta reflexão, os livros publicados no período 1990-2005, num universo de 40 títulos.³

Como pode ser constatado nos quadros abaixo, a desigualdade arquivística revela-se numa concentração de 92% de publicações na região Sudeste. O Centro-Oeste responde por 5% e a região Sul por 3%. As regiões Norte e Nordeste são invisíveis nessa geografia arquivística.

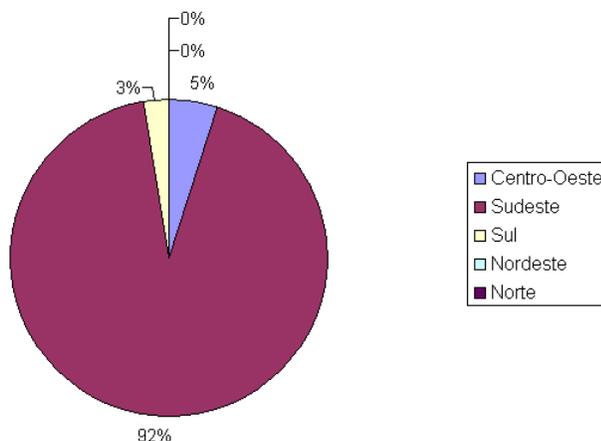
² Costa (2007) utilizou como critério fundamental para constituição do seu universo empírico as obras selecionadas com mais de 49 páginas, publicadas, editadas e/ou traduzidas no Brasil entre 1960 e 2006. Conforme o autor, “O total de livros encontrados foi de 77 obras. Desses, 57 autores são brasileiros (74%) e 9 são organizadores (11,6%) de livros que reúnem artigos de vários autores sobre temas específicos. Os livros de autores internacionais, traduzidos e publicados no Brasil, atingem o número de 12 (15,6%), considerando que a ISAD(G) não foi traduzida por um único autor, e sim por uma comissão realizada pelo Arquivo Nacional. A média anual de livros publicados é 1,6 livro por ano”. (COSTA, 2007, p.12).

³ Adotou-se 1990 como marco referencial, pois a literatura da área indica um aumento crescente da produção bibliográfica arquivística a partir dessa data.

Local de Publicação



Publicação das obras - Por Região



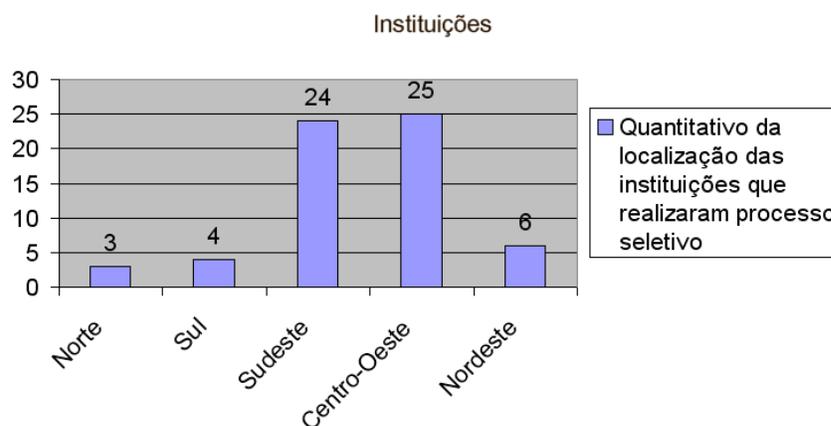
3.4 CONCURSOS PÚBLICOS PARA ARQUIVISTAS: 2004 A 2008

Nos últimos anos aumentou significativamente – talvez em proporções inéditas no Brasil – o mercado de trabalho para arquivistas no setor público, mediante concursos públicos. Em pesquisa realizada entre março e junho de 2008, identificamos e analisamos 68 editais de concursos públicos para arquivistas no período 2004 a 2008. O universo da pesquisa foi constituído por editais publicados na internet.

No universo pesquisado, constatou-se que entre 2004 e 2008 ocorreu um aumento progressivo de concursos públicos para arquivistas:

2004 - 11%
2005 - 11%
2006 - 22%
2007 - 22%
2008 - 34%

As instituições públicas para as quais foram destinadas as vagas para arquivistas encontram-se majoritariamente concentradas no eixo Centro-Oeste/Sudeste do País.

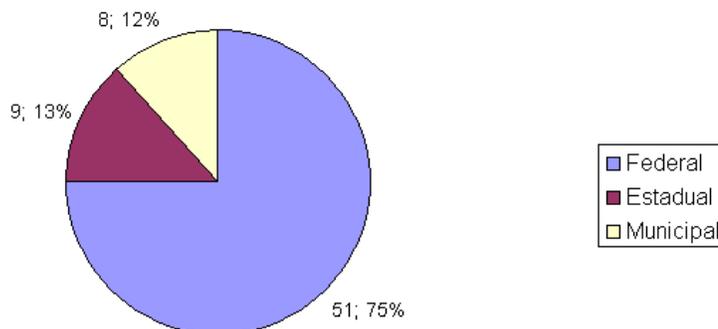


Em termos percentuais, observa-se a seguir a distribuição regional das instituições públicas para as quais foram destinadas as vagas dos concursos realizados:

Região Norte - 5%
Região Sul - 6%
Região Sudeste - 39%
Região Centro-Oeste - 40%
Região Nordeste - 10%

No que se refere à esfera governamental, a maioria dos concursos visou o governo federal, sendo ainda muito escassa a oferta de vagas nas esferas municipal e estadual.

Representação Concursos por esfera governamental - 68 Editais



O setor governamental mais contemplado pelos concursos foi o Executivo (82%), especialmente o federal, seguido - em escala muito menor - pelo Judiciário (16%) e o Legislativo (2%).

Neste caso, a geografia arquivística brasileira apresenta forte densidade (Centro-Oeste/Sudeste), embora não reproduza a tendência à concentração no eixo Sul/Sudeste quando se trata de cursos de Arquivologia e da difusão de literatura arquivística.

Como ponto comum nos três exemplos anteriormente apresentados, observa-se que a região Sudeste apresenta um evidente protagonismo, seguida das regiões Sul e Centro-Oeste. O Norte e o Nordeste brasileiros ainda permanecem numa situação periférica, apesar de avanços significativos dessas regiões nos últimos anos em termos arquivísticos.

Vários outros aspectos poderiam ilustrar nossa diversidade e desigualdade arquivísticas. Apesar dos exemplos apresentados, tampouco se pretende reduzir essa diversidade e desigualdade a aspectos regionais. Um maior conhecimento a respeito provavelmente revelaria outros elementos característicos desse cenário.

4 EM BUSCA DE UMA AGENDA DE PESQUISA ARQUIVÍSTICA

A necessidade de produção de conhecimento sobre o cenário arquivístico brasileiro, inclusive - mas não apenas - para sustentar políticas públicas arquivísticas, aponta para diversos temas e possibilidades de investigação. A seguir, são enumeradas algumas questões, sem qualquer pretensão de exaustividade ou qualquer perspectiva prescritiva.

O perfil da atividade arquivística:

Quais os profissionais que atuam no desenvolvimento de práticas arquivísticas?

Quantos são arquivistas graduados? Em quais universidades?

Qual tipo de formação contínua esses profissionais desenvolvem? Quantos possuem pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*? Em quais áreas? Quais são suas fontes de informação profissional?

Qual a distribuição regional dessa comunidade profissional?

Quais as faixas salariais?

Qual o gênero?

Qual a idade?

Quantos atuam no setor público? Quantos atuam no setor privado?

Que relações mantêm com as associações profissionais?

Associativismo

Quantas são, como estão distribuídas regionalmente e como funcionam as associações profissionais da área? Quantos são os associados? Qual o perfil dos associados e dos quadros dirigentes? Quais as atividades desenvolvidas?

Docência e docentes em Arquivologia

Quantos são? Desde quando atuam na docência? Quantos possuem graduação em Arquivologia ou em outras áreas? Quantos possuem pós-graduação? Em quais áreas? Quais as experiências prévias no campo dos arquivos? Qual a distribuição regional dessa comunidade profissional? Quais as faixas salariais? Qual o gênero? Qual a idade? Quais as linhas de pesquisa?

Quais os temas arquivísticos com maior ou menor incidência de professores? Como e em quais unidades acadêmicas se inserem os cursos de Arquivologia? Qual a relação acadêmica desses cursos de Arquivologia com cursos de Biblioteconomia, História, Administração etc.?

Usos e usuários da informação arquivística

Quais são os usos e quem são os usuários dos arquivos? Como se estruturam esses usos em diversos contextos? Qual o grau de satisfação dos usuários com os arquivos? Quais as demandas dos usuários em relação aos arquivos? Quais as alterações no atendimento ao usuário com o acesso a informações arquivísticas na internet? Os setores de atendimento aos usuários estão se modificando em função da internet? Quem é o arquivista de referência hoje? Quais as características da relação arquivistas-usuários em variados contextos institucionais? Quais os usuários potenciais, porém não atendidos pelos arquivos? Por que e como tal situação ocorre?

Quais as ações desenvolvidas pelos arquivos públicos, associações profissionais e universidades para ampliar o uso social dos arquivos?

Quais as ações que podem favorecer o uso social dos arquivos?

Quais os obstáculos e aspectos favoráveis ao uso social dos arquivos?

Produção e difusão de conhecimento

Qual a quantidade e o universo temático de trabalhos finais de graduação, dissertações, teses, anais de congressos, artigos de periódicos, livros etc.?

Qual é a produção de conhecimento arquivístico da universidade e das instituições arquivísticas? Quais os temas mais pesquisados? Quais os mecanismos de difusão desse conhecimento?

Qual a atuação das agências governamentais de apoio à pesquisa em relação à produção de conhecimento arquivístico?

Arquivos públicos (Serviços arquivísticos e instituições arquivísticas governamentais)

Quantos são? Qual é a distribuição regional? Qual a distribuição por segmentos do Estado brasileiro (União, Estados e Municípios / Executivo, Legislativo e Judiciário)? Quais os desenhos de estrutura organizacional? Quantos são e quais as condições de conservação dos acervos? Qual o grau de autonomia financeira? Qual é o orçamento? Quais instrumentos garantem respaldo legal? Qual é a infraestrutura física, tecnológica e humana? Quais os

instrumentos de pesquisa? Qual o grau de normatização? Quais as normas arquivísticas utilizadas?

Percepção social dos arquivos, da Arquivologia e dos arquivistas

Como são visualizados os arquivos e os arquivistas pela sociedade brasileira?

Quais as ações desenvolvidas pelos arquivos públicos, associações profissionais e universidades para ampliar a percepção social dos arquivos, da Arquivologia e dos arquivistas?

Prospecção (construção de cenários e identificação de tendências com base em pesquisas)

Como se dá a ampliação crescente dos usos de tecnologias da informação? Em quais bases? Em consequência, há mais atendimentos remotos a usuários nos arquivos?

Quais as perspectivas de efetiva ampliação de um Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos, preconizado pelo e-ARQ Brasil?

Como desenharmos hoje nossos programas de gerenciamento arquivístico, considerando essas tendências?

Quais as perspectivas concretas de ampliação da formação de arquivistas em níveis de graduação e pós-graduação? Quais as tendências na pesquisa na área?

Quais as tendências do nosso associativismo?

Quais as tendências na forma pela qual os arquivos são visualizados pela sociedade brasileira?

Quais os instrumentos para minimizarmos as nossas desigualdades arquivísticas num quadro de diversidade?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez o nosso desconhecimento sobre vários aspectos da diversidade e desigualdade que caracterizam o quadro arquivístico brasileiro tenha resultado em naturalizações e clichês.

Neste sentido, como fazer e o quê contemplar nas políticas públicas arquivísticas também talvez seja mais desconhecido do que supomos. Em muitos casos, os obstáculos à formulação dessas políticas talvez resultem desse desconhecimento.

A produção e difusão de conhecimento mediante o mapeamento sistemático da diversidade arquivística brasileira poderá favorecer a ruptura com esse quadro e indicar-nos mais e melhores possibilidades no desenvolvimento de políticas públicas arquivísticas.

Quanto maior a percepção dos variados atores envolvidos no desenho e implementação de políticas públicas arquivísticas, maiores as possibilidades de contemplarmos nossa diversidade em ações que visem reduzir tantas desigualdades. É também a produção de mais conhecimento sobre a nossa diversidade arquivística que poderá subsidiar ações transformadoras no cenário arquivístico brasileiro.

REFERÊNCIAS

COSTA, Alexandre de Souza. A bibliografia arquivística no Brasil: análise quantitativa e qualitativa. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 8-26, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net>>. Acesso em: 06 dez. 2008.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006.